Compromissos com a Sociedade e Sustentabilidade Fiscal

Cláudio Frischtak, Marco Bonomo e Paulo Ribeiro[1]

November 17, 2022

[1] Frischtak (InterB), Bonomo (Insper), Ribeiro (Insper)

Introdução

- Orçamento de 2023 não inclui recursos para programas essenciais assumidos tanto pelo governo atual quanto pelo eleito.
- Desafio:
  - Gerar espaço no orçamento sem ameaçar a trajetória sustentável da dívida pública e levar a uma crise econômica.
- Nessa apresentação, abordaremos duas alternativas para a PEC de Transição, avaliando sua sustentabilidade fiscal.
- A proposta que tem sido mais frequentemente veiculada na imprensa reajusta o Bolsa Família (BF) e o exclui do teto de gastos, gerando um aumento da despesa primária em R$175 bilhões, assim decompostos:
  - R$70 bilhões referentes ao aumento dos gastos do BF decorrentes do adicional de R$200 por família (R$52 bilhões) e de R$150 reais por filho menor de 6 anos (R$18 bilhões), adicionados aos R$105 bilhões que saem do teto para compor a integralidade do programa, somando R$ 175 bilhões.
    - ⋆ Os R$105 billhões que permanecem sob o teto de gastos abrem espaço fiscal para despesas adicionais discricionárias, incluindo investimento público.
- No dia 16 de novembro, foi veiculada uma proposta de ampliar os gastos primários em mais R$23 bilhões fora do teto de gastos

Uma proposta alternativa que contempla compromissos assumidos e necessidades prementes.

- Uma proposta alternativa, que contempla compromissos assumidos e necessidades prementes, aumentaria o gasto primário em R$78,6 bilhões, sendo o teto reajustado por esse valor de tal forma que essa âncora fiscal permaneça em vigor.
- Esse montante seria suficente para atender as seguintes demandas:
  - aumento do BF de R$405 para R$600: R$52 bilhões
  - aumento real do salário mínimo em 1,4%: R$6,4 bilhões
  - zerar a fila do SUS: R$8,5 bilhões
  - recomposição da Farmácia Popular: R$1,2 bilhões
  - recomposição da merenda escolar: R$1,5 bilhões
  - recomposição do FNDCT: R$6 bilhões
  - implementação da Lei Aldir Blanc: R$3 bilhões
- Apesar de ser socialmente preferível que o valor do BF dependa do número de crianças, uma reformulação maior do programa deveria ser feita em 2023.
- Aumentos do investimento público poderiam ser acomodados a partir de negociação com o Congresso do uso dos recursos das emendas.

Cenários de gastos primários usados nas simulações - propostas base e alternativa

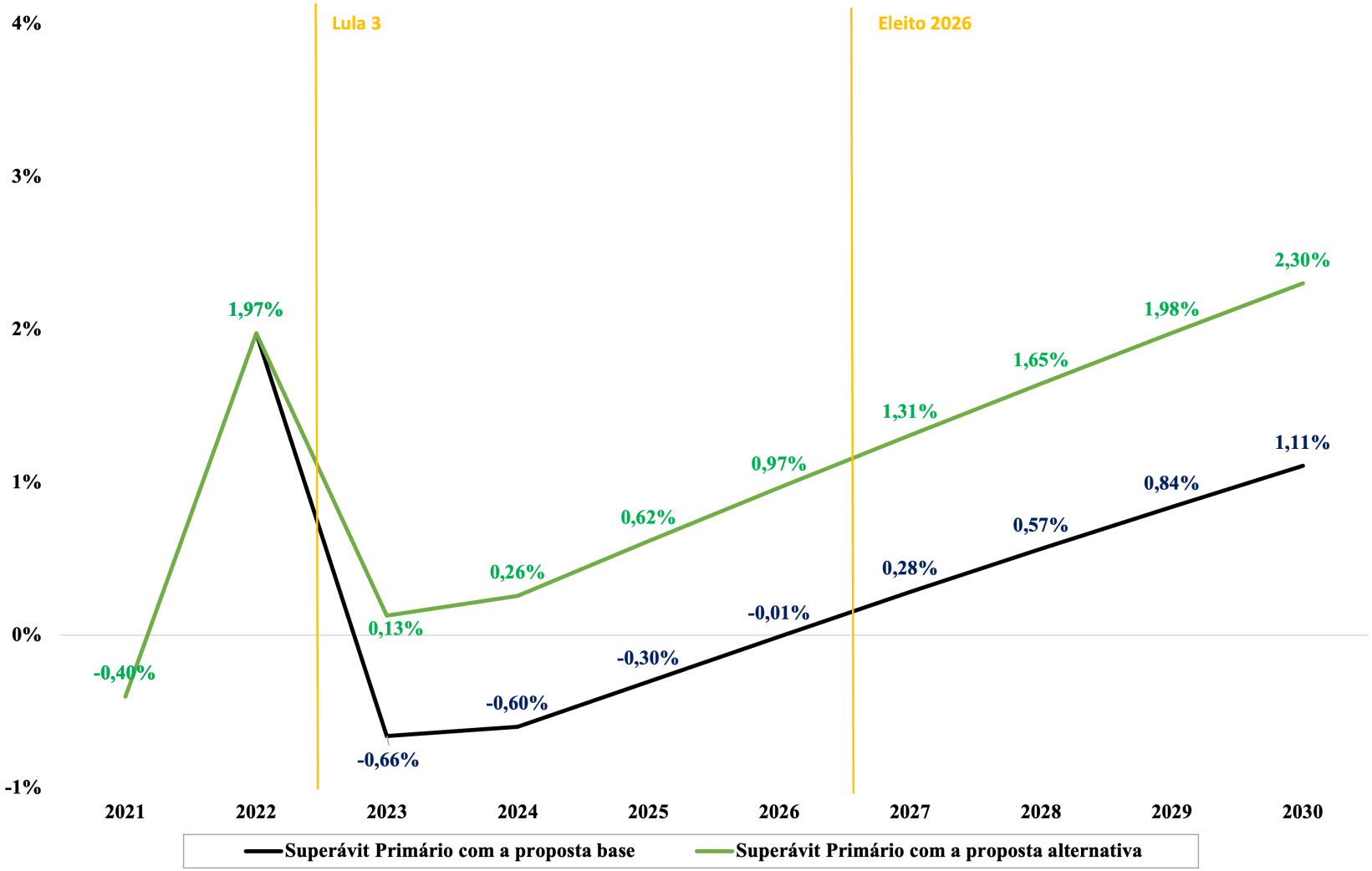
- No cenário que chamamos de base, existe uma adição de R$175 bilhões de gasto primário a partir de 2023.
  - supomos que o BF passa a ficar todo fora do teto.
    - ★ os R$175 bi do BF passam a crescer de acordo com a regra do salário mínimo: acima da inflação no % do crescimento médio do PIB dos 5 anos anteriores.
  - supomos que as demais despesas tenham seu valor real mantido constante, de acordo com a regra do teto.
- No cenário alternativo, o limite do teto é aumentado em R$78,6 bilhões em 2023, com as despesas reais constantes a partir de então.
- Como no cenário base a relação dívida/PIB cresce (como veremos na simulação) nos próximos 8 anos e no cenário alternativo ela se estabiliza os cenários têm implicações diferentes para o custo de financiamento da dívida.
  - no cenário base, imputamos 6% a.a. de custo real e no alternativo 4% a.a.
- Um maior prêmio de risco-país desestimula investimentos privados internos e externos e, portanto, deve estar associado a um crescimento do PIB menor:

Mais detalhes sobre as premissas usadas na simulação

- Receitas primárias:
  - 19,80% em 2022 (Prisma Fiscal).
  - 18,74% em 2023 (Prisma Fiscal).
  - 18,50% de 2024 em diante (média pré-pandemia).
- Custo real da dívida:
  - 4,39% em 2022 (último dado acumulado em 12 meses do Tesouro Nacional).
  - 6,00% (base); e 5,27%(alternativo) em 2023 (manutenção cenário de juros de 2022 com expectativa de inflação do relatório Focus).
  - 6,00% (base); e 4,00% (alternativo) de 2024 em diante.
- Crescimento do PIB:
  - 2,70% em 2022 (Relatório de Inflação do Banco Central).
  - 0,50% (base); e 1,00% (alternativo) em 2023 (Relatório de Inflação do Banco Central).
  - 1,50% (base); e 2,00% (alternativo) de 2024 em diante (Focus).

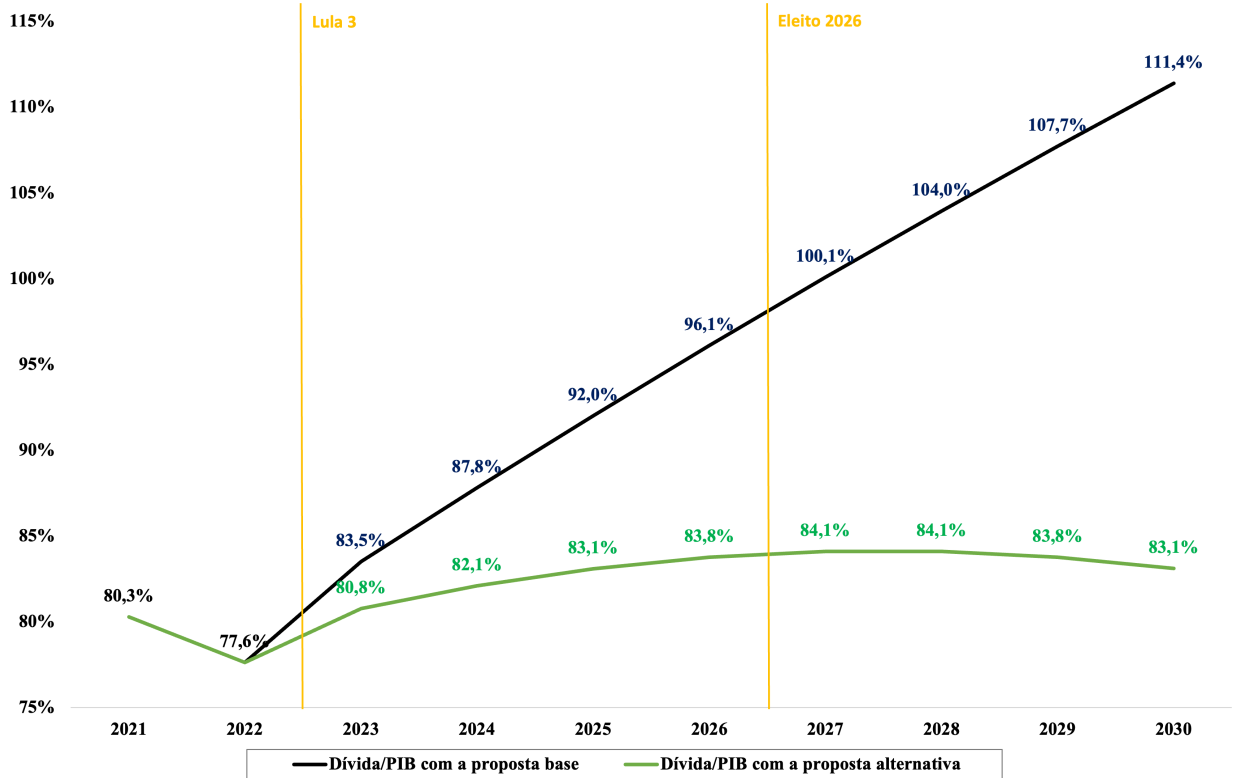
Resultado das Simulações: Superávit Primário

- No cenário base (em preto), déficits primários são gerados no próximo mandato, sendo eliminado só em 2026. No alternativo (em verde), não há nenhum ano de déficit primário.



Resultado das Simulações: Trajetória da Dívida em relação ao PIB

- No cenário base (em preto), a dívida bruta do governo geral entra em trajetória de rápido crescimento, ultrapassando 96% do PIB no fim do próximo mandato. No cenário alternativo (em verde), a dívida se estabiliza em um número próximo de 84% ao final do mandato do presidente eleito, e entra em trajetória descendente a partir de 2028.



Considerações finais

- A proposta que gera um aumento de gasto primário em R$175 bilhões e retira o BF do teto de gastos leva a uma trajetória de dívida explosiva.
  - aumenta o custo de financiamento da dívida pública, como observamos em 2015-16.
  - desestimula investimentos e implica em menor crescimento econômico.
  - tem potencial de gerar uma crise fiscal.
- A redação da PEC veiculada em 16 de novembro com despesas ainda maiores de R$ 198 bilhões fora do teto acelera a deterioração fiscal e econômica, ampliando ainda mais rapidamente o endividamento do país.
- A proposta alternativa que atende aos compromissos assumidos e necessidades prementes com R$78,6 bilhões em novas despesas é compatível com a sustentabilidade da dívida e uma retomada do crescimento em bases sólidas.